



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARILI RIBEIRO BRITO

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DE SEIS ANOS APÓS
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.274/06**

Salvador
2011

MARILI RIBEIRO BRITO

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DE SEIS ANOS APÓS
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.274/06**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade
Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Cleverton Suzart Silva

Salvador
2011

MARILI RIBEIRO BRITO

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DE SEIS ANOS APÓS
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.274/06**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cleverson Suzart Silva
Universidade Federal da Bahia
Orientador

Prof^a. Ms. Leila da Franca Soares
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Mestranda Lais Caroline Andrade Bitencourt
Universidade Federal da Bahia

“Claro que há respostas certas e erradas. O equivoco está em ensinar ao aluno que é disto que a ciência, o saber, a vida são feitos. E com isto, ao aprender as respostas certas, os alunos desaprendem a arte de se aventurar e de errar, sem saber que, para uma resposta certa, milhares de tentativas erradas devem ser feitas. Espero que haja um dia em que os alunos serão avaliados também pela ousadia de seus vãos... Pois isto também é conhecimento”

Rubem Alves

Dedico este trabalho a meu pai Severino, no qual é exemplo e inspiração para minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao Deus vivo Jeová, que tem permitido a minha existência a cada amanhecer, além de caminhar comigo em todos os momentos de minha vida, mim ensinado a verdadeira essência do conhecimento. Agradeço a cada um que direta ou indiretamente mim ajudou nesta conquista, mas especialmente:

A minha família, pelo apoio, compreensão e confiança que foram fundamentais em todo processo da graduação, principalmente pelo incentivo de meu pai Severino e a minha mãe Valdelice; pelo carinho de meus irmãos, Silvana, Vanuza e Silvanej, e de minha avó Maria.

Ao PROINFANTIL na Bahia, o qual mim oportunizou momentos de aprendizagens como bolsista do programa, especialmente a Lais Caroline pelo convite, e aos demais pelo acolhimento e companheirismo: Cleverson, Mônica, Vanessa, Natália, Meire, Leila, Andréia, Lícia e Karina.

Ao Professor Dr. Cleverson Suzart, meu ex-chefe e orientador, no qual tenho respeito e grande admiração, pela confiança e apoio durante os dois anos no PROINFANTIL e pelo auxílio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos da graduação por compartilhar comigo diversas experiências, especialmente ao companheirismo de Thamires Sarmiento, em todos os momentos, sempre disponível e atenciosa.

Aos irmãos intercessores em prol da realização desta pesquisa, Ivonete, Jaqueline, Jônatas, Marcos e Sara, pela força espiritual.

Ao apoio técnico de Felipe e Ivo nas horas imprevisíveis em que meu PC ou impressora quebrava, precisamente quando tinha algum trabalho para entregar.

A Rose, Professora entrevistada nesta pesquisa, pela confiança e disposição em ajudar sempre que precisava.

BRITO, Marili Ribeiro. *Avaliação da aprendizagem: um estudo de caso na prática pedagógica com crianças de seis anos após implementação da lei 11.274/06*. 52 f. il. 2011. Monografia (graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

O presente trabalho aborda acerca da à avaliação da aprendizagem, precisamente no processo de ensino-aprendizagem das crianças de seis anos, após a implementação da lei 11.274/06, que obriga a matrícula nesta faixa etária ao Ensino Fundamental. Por isso, tem por objetivo analisar a situação da avaliação dessas crianças frente à prática pedagógica estabelecida pela professora. Para isso, fez-se necessário conhecer as diferentes concepções acerca da avaliação da aprendizagem, desde as mais remotas as atuais. Buscou-se, também, identificar nos documentos legais brasileiro, o que se estabelece referente à avaliação das crianças de seis anos e a respeito da lei 11.274/06. Por fim, foi realizado um estudo de caso, na prática pedagógica de uma professora, numa determinada turma de primeiro ano do Ensino Fundamental, para se ter uma compreensão mais rebuscada da realidade do processo de avaliação das tais crianças.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem, lei 11.274/06, prática pedagógica.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | A AVALIAÇÃO | 12 |
| 2.1 | CONCEITUANDO A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 13 |
| 2.2 | CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM | 16 |
| 2.3 | INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA SE AVALIAR | 18 |
| 2.3.1 | Avaliando crianças através do olhar, do diálogo e do registro | 20 |
| 2.4 | AFINAL, PARA QUE SERVE A AVALIAÇÃO? | 21 |
| 2.5 | EM QUE MOMENTO DA PRÁTICA PEDAGOGICA DEVE-SE AVALIAR? | 22 |
| 3 | A LEI 11.274/06 E ANÁLISE DE DOCUMENTOS REFERENTES À AVALIAÇÃO DE CRIANÇAS DE 06 ANOS DE IDADE NO BRASIL | 24 |
| 4 | METODOLOGIA | 29 |
| 4.1 | O CONTEXTO | 30 |
| 4.2 | AS FONTES DE PESQUISA | 31 |
| 4.3 | O SUJEITO DA PESQUISA | 31 |
| 4.4 | O INSTRUMENTO DE COLETA | 32 |
| 4.5 | A CONSTRUÇÃO | 32 |
| 4.6 | A COLETA DE DADOS | 33 |
| 4.7 | PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE | 34 |
| 5 | RESULTADO DA PESQUISA | 35 |
| 5.1 | PERFIL DO COLABORADOR | 36 |
| 5.2 | CONHECIMENTOS SOBRE A LEI 11.274/06 | 36 |
| 5.3 | CONHECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 38 |
| 5.4 | A PRÁTICA AVALIATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS PARA UM PROFESSOR | 40 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| | REFERÊNCIAS | 46 |
| | APÊNDICE | 48 |

1. INTRODUÇÃO

Atualmente tem-se debatido a respeito da reorganização institucional e legal da educação, juntamente com os movimentos de renovação pedagógica. Reformas e mudanças vêm modelando a antiga estrutura que se refere à educação da criança, garantindo-lhes direitos e priorizando a sua permanência na escola.

Nesse contexto, é relevante salientar, a inclusão das crianças de 06 anos no ensino fundamental, através da lei 11.274 de fevereiro de 2006. Que amplia o ensino fundamental para nove anos de duração e garante obrigatoriamente mais um ano de estudo para as crianças. E, isso é sem dúvida um grande avanço. Mas, a preocupação relativa a esta pesquisa, está voltada para a maneira na qual as crianças nessa faixa etária vem sendo avaliadas no seu processo de aprendizagem, uma vez que é da cultura do ensino fundamental realizar provas mesmo que atribuídas a conceitos e não a notas, na rede pública de Salvador. Além, desse processo de avaliação do ensino-aprendizagem se encontrar na fase de aquisição de leitura e escrita, envolvendo os domínios, psicomotor, afetivo e cognitivo das crianças.

Portanto, dentre as diversas formas assumidas no processo de avaliar, a referente pesquisa traz uma breve análise da avaliação da aprendizagem e suas implicações articuladas à prática pedagógica. Mas especificamente, este trabalho buscou, como objetivo geral, analisar como o processo de ensino-aprendizagem das crianças de 06 anos está sendo avaliada após a implementação da lei 11.274/06, numa determinada escola da rede municipal de Salvador. Contudo, foi necessário inicialmente, através dos objetivos específicos: Identificar quais concepções, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem são utilizados no processo de ensino-aprendizagem das crianças e, dessa forma compreender a prática do trabalho pedagógico; Analisar a lei 11.274/06 juntamente com os documentos, LDB¹, RCNEI², Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental,

¹ Lei de Diretrizes e Base da Educação

² Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

PCNEF³ e DCNEI⁴ para compreender as concepções de avaliação referentes às crianças de 06 anos; e em seguida, compreender a prática avaliativa e suas implicações no 1º ano de ensino fundamental da determinada escola.

Contudo, cabe uma breve reflexão sobre a importância do avaliar no processo pedagógico de aprendizagem das crianças de 06 anos e ao mesmo tempo analisar se esse processo está respeitando as particularidades de desenvolvimento próprias desta faixa etária. Além de pontuar o que os principais documentos defendem em relação à avaliação das crianças de 06 anos, também, será levado em conta, o papel do educador frente a sua prática na avaliação da aprendizagem, uma vez que a responsabilidade do ato de avaliar é designada ao professor, por isso, ele é nesta pesquisa o principal sujeito. Por isso, contará com comentários e sugestões relativos à prática numa sala de aula, a fim de contribuir com novos olhares para o processo de aprendizagem e avaliação das crianças.

Este trabalho traz como modalidade o estudo de caso, no qual a pesquisa se desenvolveu numa determinada Escola Municipal de Salvador. Essa escola foi escolhida principalmente por ser pública, já que são escassos estudos voltados para a realidade da avaliação da aprendizagem na prática pedagógica de professores da rede municipal de Salvador.

Esta inquietação, referente ao tema pesquisado, surgiu devido a minha curiosidade de compreender em que dimensão se encontra a real situação do avaliar a aprendizagem das crianças nesta faixa etária, após legalização da lei 11.274/2006. É referido após esta lei, justamente pelo fato de que quando as crianças de 06 anos pertenciam a Educação Infantil da rede pública de Salvador, elas não eram avaliadas propriamente ditas com “provas”. Desta forma, este trabalho tem como objetivo, também, contribuir para as pesquisas voltadas para o campo da avaliação da aprendizagem.

³ Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Fundamental

⁴ Diretriz Curricular Nacional da educação Infantil

Este trabalho está organizado em 5 partes. A primeira é está na qual esta sendo lida, a *Introdução*. Aqui, são apresentados os objetivos geral e específicos da pesquisa, a justificativa e a organização das demais partes.

A segunda parte, *A avaliação*, traz um breve histórico da avaliação, alguns conceitos da avaliação da aprendizagem, suas características, instrumentos, critérios, sua função e os momentos de se avaliar na prática pedagógica.

A terceira parte, *A lei 11.274/06 e análise de documentos referentes à avaliação de crianças de 06 anos de idade no Brasil*, abordam a proposta da lei e os principais documentos e seus desafios frente o processo de avaliar.

A quarta parte descreve a natureza desta pesquisa, explica o motivo da escolha do estudo de caso como método, o contexto, as fontes de pesquisa, os sujeitos da pesquisa, a coleta de dados e os procedimentos de análise.

A quinta parte constitui-se do resultado da pesquisa, buscando atender aos objetivos desta pesquisa, de acordo com a análise dos dados coletados.

A sexta e ultima parte aborda a conclusão deste trabalho, apresentando um parecer com sugestões acerca da avaliação da aprendizagem na prática pedagógica emitidas pelos sujeitos da pesquisa.

Por fim, espera-se que este trabalho possa trazer contribuições de forma significativa para a educação em relação à avaliação da aprendizagem, como para a melhoria da formação pedagógica dos professores frente à avaliação no processo de ensino-aprendizagem das crianças.

2. A AVALIAÇÃO

O processo de avaliar está inserido em nossas vidas através das escolhas que realizamos. Para isso, precisamos apenas julgar se a nossa escolha é boa ou ruim, positiva ou negativa, importante ou secundária. Sendo assim, a prática de avaliar torna-se social, já que o ser humano tem a mania de avaliar tudo o tempo todo (VASCONCELLOS, 2010, p.91). Uma jovem, por exemplo, quando vai sair para passear com seu namorado, escolhe e seleciona entre várias roupas, analisa seu penteado, decidi qual melhor perfume para aquele momento e julga todos os detalhes até certificar-se de que esta pronta para o tal encontro. Agindo assim, ela acaba fazendo uma avaliação sobre si mesma naquela determinada situação. Contudo, essa avaliação presente no dia-a-dia apresenta um mero caráter informal.

Na educação, se tratando do processo de avaliação, não é diferente, mas ela abarca um caráter formal assistida por responsabilidades que necessitam de maiores informações a respeito do processo de aprendizagem dos alunos. Na educação também, se verifica, analisa, decidi, seleciona e julga qual melhor concepção, método e quais critérios para trabalhar na prática pedagógica. Esse conjunto de ações remete no processo de avaliação da aprendizagem Para isso ocorrer de forma satisfatória, é necessário que o educador faça intervenções de qualidade e observe com cautela respeitando o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (VASCONCELLOS, 2010, p.74).

E, diante de sua formalidade, o ato de avaliar abrange diferentes áreas e diferentes objetos. Portanto, a avaliação pode ser classificada em diversas formas, dependendo de seu campo de atuação. No campo da educação temos a avaliação educacional, que é subdividida, entre outros, em avaliação de currículo, avaliação de sistema, avaliação do desempenho, avaliação institucional e avaliação da aprendizagem.

Neste capítulo, dar-se-á ênfase a avaliação da aprendizagem. Inicialmente serão apresentados alguns conceitos, características, instrumentos e critérios que

contribuem para a avaliação do processo ensino-aprendizagem. Em seguida, apresentará possibilidades de avaliar na prática pedagógica.

2.1 CONCEITUANDO A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação nasceu com os colégios por volta do século XVII. E, desde o final do século XIX que a escola existe como uma instituição obrigatória e legitimada pela sociedade, que a avaliação se referia basicamente à avaliação da aprendizagem. Mas, a avaliação da aprendizagem estava conceituada como mero ato de medição. Na década de 40 do século XX, a educação limita-se a uma avaliação ainda medida e impulsionada pela elaboração e aplicação de testes (HAYDT, 1997, p.8). Por isso, constituiu-se num sério problema educacional.

Dessa forma, a avaliação é empregada como apreciação de mérito e julgamento de medições, descrevendo apenas o grau de quantidade (DINIZ, 1982, p.1). Por isso, o termo avaliação, na escola, historicamente é associado a instrumentos de medida que serviram, e ainda servem, para classificar, promover, selecionar e até mesmo punir.

A partir dos anos 60, a avaliação passa a assumir novas dimensões na esfera curricular, abrangendo assim, o processo de ensino-aprendizagem, definindo novos conceitos e denunciando os enormes estragos de sua prática classificatória e excludente (VASCONCELLOS, 2010, p.10).

O termo medida, aos poucos, passa a ser substituído pelo caráter processual e qualitativo (HAYDT, 1997, p.9). Ralph Tyler, principal pesquisador a respeito da avaliação na época, definiu a avaliação como um processo que visa determinar o cumprimento dos objetivos educacionais (HAYDT, 1997, p.11). Para Tyler, a avaliação apresentava apenas um caráter funcional, já que ela estava voltada para atender a objetivos previstos, ou seja, nesta definição, o olhar era atribuído apenas a mudança de comportamento do avaliado em relação a sua aprendizagem.

Segundo Scriven, em 1967, a avaliação consiste na coleta de dados e sua discriminação relativa ao desempenho, respaldados por uma escala de critérios que os justifiquem. Nesta concepção, Scriven, destaca a importância de avaliar os objetivos de acordo com as informações coletadas, respeitando aqui suas imprevisões, pois só assim, a avaliação é vista como um processo que tem como objetivo julgar o valor da pessoa avaliada. No mesmo período, em confronto com a idéia de Scriven, Stufflebeam define a avaliação como um “processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para julgamento de decisões alternativas”. Ele também afirma que avaliar não significa medir. Para ele, a finalidade da avaliação esta no processo de tomada de decisão e na verificação da produtividade do estudo (HAYDT, 1997, p.12).

Na década de 70 do século, dar-se início a um movimento de mudanças com a finalidade de construir novos marcos filosóficos e ideológicos para o contexto educacional. E, nos anos 90, tornam-se concretos os avanços e as propostas de mudanças em relação à avaliação.

Bloom, Hastings e Madaus (1971), tornam-se clássicos na literatura educacional, através do Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar, ao apresentar e esclarecer a respeito do processo de avaliar e suas implicações com a educação. De acordo com eles, a avaliação é conceituada como um método capaz de coletar e processar uma variedade de dados pertinentes ao esclarecimento das metas e objetivos educacionais que visem o processo de qualidade do ensino-aprendizagem do aluno, de acordo com seu desenvolvimento a cada passo do processo, a fim de verificar se os procedimentos, objetivos e alternativos, tomados foram ou não eficazes para o progresso do aluno. (BLOOM, HASTINGS; MAD AUS, 1983, p.8). É importante destacar como os autores têm uma percepção diferente em relação aos conceitos de Scriven e Stufflebeam. Nesta última concepção a avaliação está ligada diretamente entre a qualidade e conseqüentemente a eficácia do processo ensino-aprendizagem.

Finalmente, chega-se a uma definição mais avançada, uma vez que essa permite analisar, através do controle de qualidade, a real situação do aluno em relação ao seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem e ainda

permitir mudanças, caso o processo não esteja sendo o esperado, antes de chegar ao final do ano letivo.

Mas, seguiremos ainda com algumas definições contemporâneas, ora reflexivas, ora transformadoras.

Por outro lado, Luckesi conceitua a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso.

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. (LUCKESI, 2000, p.172)

Luckesi, em relação a Scriven, difere na avaliação do julgamento. Na sua concepção, aborda de uma forma ativa o papel do educador como principal responsável pelo processo de avaliar, frente a um ato acolhedor, integrativo e inclusivo, ou seja, para ele, a avaliação não consiste na coleta de dados. Mas por outro lado, aborda a qualidade dando suporte a mudança quando necessário como definiu Bloom, Hastings e Madaus.

Paralelo ao pensamento de Luckesi, Hoffmann defende a avaliação essencial ao processo de educação e traz uma reconstrução da prática avaliativa, considerando fundamental a reflexão e o questionamento do educador.

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 2010, p.17).

Por outra vertente, Vasconcellos conceitua a avaliação como processo capaz de intervir e mudar o trabalho educativo, através de uma reflexão crítica em relação à realidade dos problemas encontrados no cotidiano escolar. E, enfatiza que para os problemas de aprendizagem serem realmente solucionados, o objeto de avaliação não deve ser apenas o aluno, mas todo o contexto escolar, pois assim como a avaliação

passa por processos de mudanças, a educação como um todo também (VASCONCELLOS, 2010, p.19).

Vasconcellos diz que apesar dos avanços na área conceitual da avaliação, ainda é perceptível confusões conceituais entre professores. E, que hoje há uma forte influência para desconstrução de conceitos arcaicos e construção de novos conceitos. Mas para se chegar a um conceito que venha caminhar para a construção de uma aprendizagem plena, é necessário o desafio da mudança nas práticas pedagógicas pra uma práxis transformadora.

É necessário, portanto, mudar tanto a concepção quanto a prática, o que significa, por um processo de aproximações sucessivas, construir a práxis transformadora. A práxis, enquanto atividade específica do ser humano é esta articulação viva entre ação e reflexão; é a ação informada pela reflexão (conhecimento, fins, estratégias) e a reflexão desafiada pela ação (com todo seu enraizamento histórico-social). (VASCONCELLOS, 2010, p.25).

Contudo, percebe-se que ao longo do tempo o processo da avaliação da aprendizagem encontra-se acarretados de mudanças. Mudanças essas que vem favorecendo na evolução de seus conceitos e, principalmente, nas possibilidades de se ter um olhar qualitativo que permita ao cotidiano escolar um verdadeiro progresso no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, este trabalho entra em concordância com a definição de avaliação defendida por Vasconcellos, pois se considera que só através das práticas de mudança no cotidiano escolar juntamente com o processo avaliativo que possibilitará um caminho a ser percorrido até uma práxis transformadora e eficiente.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Existem várias características em relação ao processo da avaliação da aprendizagem, aqui abordaremos a avaliação contínua, sistemática, integral,

orientadora e funcional, por considerar que estas satisfazem ao contexto deste trabalho.

A avaliação Contínua e Sistemática é primordial em todas as atividades escolares, por isso, ela deve ser constantemente planejada. Segundo Diniz (1982, p.5) a avaliação deve ocorrer em todas as situações de ensino-aprendizagem, “a fim de que não se percam oportunidades valiosas de corrigir as falhas consistentes do não aproveitamento”. Nesta proposta deve-se verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados, a fim de permitir uma avaliação mais abrangente do processo ensino-aprendizagem do aluno e também de intervenções e mudanças quando for necessário. Além de fornecer ao professor uma gama de informações capazes de trazer reflexões a respeito da sua prática pedagógica cotidiana.

Para Haydt (1997, p.14), a avaliação integral considera o aluno como um todo, avaliando todas as dimensões do comportamento, o cognitivo, afetivo e psicomotor, integrando com o pedagógico nas atividades de ensino-aprendizagem.

A avaliação orientadora visa na orientação do processo de aprendizagem do aluno para que os objetivos previstos sejam atingidos. Desse modo, a avaliação orientadora permite ao aluno analisar seus erros e acertos, a fim de corrigir suas falhas. Nesta perspectiva, Vasconcellos (1993), enfatiza a importância de trabalhar os erros dos alunos como forma de construção do conhecimento, ao invés de tratar o erro como punição.

A avaliação funcional é a que se realiza em função dos objetivos. Ela visa verificar em que medida os alunos estão atingindo os objetivos previstos para se chegarem à aprendizagem. Aqui, os objetivos são os elementos que norteiam a avaliação da aprendizagem.

Assim, essas características abordadas formam um conjunto de princípios que fundamentam a avaliação do processo ensino-aprendizagem. Contudo, é interessante ressaltar que cabe ao professor mediar à forma na qual é realizada a avaliação na sala de aula durante todo o processo de ensino-aprendizagem. E também atentar para uma boa relação com seus alunos.

2.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA SE AVALIAR

A avaliação da aprendizagem é constituída como um processo contínuo em todos os momentos da ação pedagógica, por isso, ela se utiliza de instrumentos e técnicas que venham favorecer, através de seu desenvolvimento, na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, é relevante salientar que não existem alguma fórmula pronta e capaz de avaliar bem, principalmente porque, só através de uma nova postura de avaliação que será possível uma relação integrada entre instrumentos avaliativos e a prática pedagógica (VASCONCELLOS, 2010, p.123).

Os instrumentos e técnicas de avaliação são classificados de diversas formas. E, como este trabalho defende as idéias de uma perspectiva transformadora de Vasconcellos por uma prática de mudança na avaliação da aprendizagem, abordaremos o seu posicionamento em relação a este assunto.

Segundo Vasconcellos, o papel dos instrumentos é o de verificar o andamento real da ação pedagógica, por isso, os instrumentos não são neutros, eles são os recursos usados para obter as informações desejadas. E, para que se tenha uma boa qualidade nas avaliações é necessária a busca por mediações adequadas e instrumentos que venham ajudar o processo a ter os resultados esperados. Partindo desta reflexão, segue as principais idéias das técnicas usadas para a construção dos instrumentos de avaliação:

- **Elaboração:** é uma etapa de extrema importância, nela deve ser abordada aquilo que é essencial a proposta de ensino e próximo ao que foi trabalhado em sala de aula. Os conteúdos, por sua vez devem ser abrangentes, contextualizados, reflexivos e compatíveis, que levam a pensar e a solucionar problemas, de acordo com os assuntos trabalhados. A clareza é fundamental e os critérios devem ser objetivos para que realmente possa saber como se encontra o processo de aprendizagem do avaliado. Exemplos de instrumentos que podem ser elaborados: provas, oral e escrita (objetiva e dissertativa), testes, registros de observações, projetos, auto-avaliação, debates, entre outros. Quanto à tomada de decisão ao tipo de instrumento, Vasconcellos enfatiza que deve partir da realidade e dos objetivos que se tem no momento (VASCONCELLOS, 2010, p.130).

- Aplicação: acontece no momento de resolução do instrumento de avaliação, para isso, devem-se levar em conta as seguintes condições: ambiente confiável, esclarecimento dos critérios e do que se espera com a avaliação, acolhimento do professor e garantia de que a avaliação também proporciona aprendizagem e estabelecer o tempo para resolução do instrumento.
- Análise: deve ser estabelecida com rigor, através de critérios claros, bem definidos e coerentes. Aqui o professor precisa estar aberto a vários caminhos de resoluções e interpretações, e levar em conta o processo pelo qual o aluno resolveu a situação e não apenas o seu resultado.
- Comunicação dos resultados: é a devolutiva com a análise dos instrumentos que deve ser entregue aos sujeitos avaliados. Nela, devem ser apresentados os aspectos positivos e negativos no qual, permite ao próprio aluno uma reflexão da sua produção como também da situação que se encontra frente ao processo de aprendizagem.
- Tomada de decisão: é base da avaliação, pois é justamente nesta etapa que se revela a intencionalidade do avaliar. Os educadores são responsáveis por novas iniciativas diante dos resultados emitidos pela a avaliação, assim possibilitando caminhos para decisão de novas práticas que venham perceber as necessidades dos alunos e construir caminhos capazes de superar suas dificuldades e até mesmo, permitir ao educador uma auto-análise de sua forma de ensinar e rever se a sua metodologia não precisa de mudanças.

Sendo assim, os instrumentos e técnicas da avaliação são essenciais no processo de se avaliar, porém para que a avaliação se concretize de fato no ambiente escolar, é necessário mudanças na postura da instituição e dos educadores, para assim favorecer uma nova prática capaz de avaliar para melhorar, ou até mesmo, mudar o processo de ensino-aprendizagem.

2.3.1 Avaliando crianças através do olhar, do diálogo e do registro

Avaliar crianças não é comprometer-se apenas com o processo de desenvolvimento durante a aquisição da aprendizagem, ou seja, de ensinar para aprender. Neste processo de avaliação o educador deve-se preocupar com todo o contexto que envolve a criança, seja sua história, suas conquistas ou fracassos, seu contexto sócio-cultural, para que a partir de sua realidade intervenções venham favorecer no seu desenvolvimento e na ampliação de novos conhecimentos.

Com isso, não se deve avaliar crianças para julgar o que elas sabem ou o não sabem. É fato que hoje se tem encontrado em diversas instituições, não só do Ensino Fundamental, mas também na Educação Infantil, a aplicação de testes e provas, muitas vezes com notas, para avaliar as crianças.

A avaliação deve ser entendida como uma prática investigativa e não sentenciosa, mediadora e não constativa. Não são os julgamentos que justificam a avaliação, as afirmações inquestionáveis sobre o que a criança é ou não capaz de fazer. (HOFFMANN, 2000, p. 15)

Sendo assim, a avaliação de crianças, precisamente de 0 a 6 anos, deve ser pensada com ênfase no processo ao invés do resultado. Por isso, é importante que o educador desenvolva seu planejamento pautado em instrumentos que sirvam para ser aplicados em diferentes situações do cotidiano das crianças na prática pedagógica. Neste sentido, o ato de avaliar precisa ser dinâmico e concebido pela observação, diálogo e registro.

A observação é o olhar ativo durante todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, no momento da acolhida, das brincadeiras, do lanche, das atividades em sala e, nos momentos inesperados que chame a atenção do educador. Deve ser sustentada por conhecimentos referente à faixa etária da criança e orientada por objetivos definidos e concretizados na prática educativa. É importante que as observações sejam individuais, e que a cada dia o olhar reflexivo do mediador venha, no máximo, sobre duas crianças.

O diálogo é fundamental entre o educador e as crianças e também entre as próprias crianças. Interpretar o que as crianças falam e como agem é imprescindível para compreender a forma como elas vêem as coisas. As falas das crianças

geralmente é conseqüência do que elas pensam, por isso, questioná-las sempre será obrigação do mediador. E, a escuta nesses momentos deve ser voltada de total atenção, pois é através desses elementos que propostas irão surgir para direcionar a atuação da prática pedagógica em relação as criança.

O registro, sem dúvida, é conseqüência do olhar reflexivo e da escuta de diálogos. Deve ser organizado em um caderno contendo data e as anotações das crianças escolhidas para observação do dia. Todos os passos devem ser registrados, a fala, uma pergunta, o comportamento, a maneira como se expressa, como resolve as atividades, com quais colegas tem mais intimidade. O registro leva o educador a refletir a sua prática, além de oferecer elementos que poderá intervir para melhoria da sua ação e do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Sendo assim, esses registros diários têm um valor significativo ao final do semestre, pois permitirá uma análise avaliativa que verificará o progresso da criança, além de que pode ser útil, quando a criança muda de turma ou de professor esses registros podem ser encaminhados através de um relatório, permitindo continuidade ao trabalho em relação à criança.

2.4 AFINAL, PARA QUE SERVE A AVALIAÇÃO?

A avaliação consiste principalmente em contribuir com a qualidade do ensino-aprendizagem, pois ela é uma atividade funcional que se processa de acordo com objetivos previstos, capazes de determinar o nível dos procedimentos e práticas pedagógicas, e conseqüentemente permitir as tomadas de decisões necessárias em relação aos professores e alunos. Por isso, Gronlund (1971) diz, “a avaliação é um meio para alcançar fins e não um fim em si mesma”.

Sendo assim, dentre os vários fins que podem ser alcançados pela avaliação, destacam-se: garantir o domínio da aprendizagem; analisar os objetivos e estratégias de ensino e verificar se foram ou não alcançados; apontar a real atuação do professor; revelar o desempenho dos alunos; demonstrar os efeitos da metodologia empregada na prática pedagógica e fornecer dados capazes de apontar

a eficácia do currículo escolar. (DINIZ, 1982, p.6). Entretanto, a avaliação não se aplica como meio de punição, como vem ocorrendo ainda nos dias atuais.

Segundo Vasconcellos (2010) e, em concordância com Perrenoud (1999), as práticas avaliativas ainda se encontram voltadas no enfoque da nota, da classificação, da seleção, e isso acontece, porque a proposta de trabalho dos professores ainda continua a mesma, usando a avaliação como arma. Para ele, a avaliação tem a função de mediar à prática educativa escolar para que o aluno se relacione com o conhecimento naturalmente, sem pressão para garantir sua nota.

Dessa maneira, o trabalho pedagógico avaliativo deve ser construído com o intuito de utilizar os seus instrumentos visando o êxito do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o alvo do processo não é a avaliação em si, mas o ensino, tanto emitido como o recebido, para que a articulação entre eles (avaliação e ensino) possa possibilitar o avanço na aprendizagem.

2.5 EM QUE MOMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DEVE-SE AVALIAR?

No campo das possibilidades, em todos os momentos, é o que aconselha Vasconcellos (2010). O interessante é promover o desenvolvimento integral do aluno. Por isso, a avaliação deve acontecer antes, durante e ao final do processo. E, abranger com seus objetivos, os domínios cognitivo, afetivo e psicomotor da aprendizagem.

Na taxionomia dos objetivos educacionais estabelecidos pelo grupo de Bloom, esses domínios encontram-se ligados um ao outro, apoiados em fundamentos psicológicos que contribuem com a função orientadora, auxiliando o professor a definir os comportamentos dos alunos em relação as suas experiências na que diz respeito à avaliação do processo de ensino-aprendizagem. (HAYDT, 1997, p.42-43-44).

O domínio cognitivo indica os comportamentos vinculados à memória e ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais. Bloom dividiu esse

domínio em seis categorias hierarquizadas segundo seu grau de complexidade: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Com isso, possibilita organizar o conhecimento a respeito do processo de ensino-aprendizagem e a verificar se os domínios correspondem ao nível de aprendizagem do aluno.

Já o domínio afetivo, corresponde aos comportamentos que envolvem valores, sentimentos atitudes e apreciações. Esses comportamentos devem ser trabalhados, pois propicia o desenvolvimento da auto-aprendizagem no aluno.

Enquanto que o domínio psicomotor abrange habilidades focalizadas nas atividades físicas, de artes, a fala, a escrita, etc., nas quais são mais evidenciadas através do comportamento.

Diante disso, é interessante ressaltar que há correlação entre os domínios, pois se encontram inter-relacionados entre si. Por isso, antes de avaliar com o intuito de julgamento cabe ao professor fazer observações com registros em diversas situações da prática pedagógica. O aluno deve ser avaliado como um todo, atingindo também a dimensão sócio afetiva e não apenas permitir que a nota expresse seu todo. (VASCONCELLOS, 2010, p.93).

3. A LEI 11.274/06 E ANÁLISE DE DOCUMENTOS REFERENTES À AVALIAÇÃO DE CRIANÇAS DE 06 ANOS DE IDADE NO BRASIL

A proposta neste capítulo é trazer uma reflexão acerca dos princípios norteados por alguns documentos referentes à lei 11.274/06 e aos atos avaliativos na educação de crianças, principalmente as de seis anos.

A lei 11.274 de fevereiro de 2006 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB e institui o Ensino Fundamental obrigatório com nove anos de duração e, estabelece a inclusão das crianças de seis anos de idade, completo ou a completar até 31 de março do ano letivo. Sua implementação ocorreu no ano de 2010 e foi determinado que todos os sistemas de ensino adotassem esse procedimento.

Conforme o PNE⁵, a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”. (BRASIL, 2006)

O próprio documento menciona que esta ação requer planejamento e diretrizes norteadores para atendimento integral das crianças nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Ou seja, a criança não deve passar para o Ensino Fundamental sem que suas necessidades sejam levadas em conta. Aqui não se trata de querer passar para as crianças as atividades e conteúdos da antiga primeira série. Mas de adequar essas crianças a seu perfil, respeitando seus limites.

O DPE⁶ (2004) ressalta que o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar para todas as crianças um tempo mais longo no

⁵ Plano Nacional de Educação

⁶ Departamento de políticas da educação

convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.

Entretanto, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, a ampliação para nove anos gerou um “novo Ensino Fundamental”, surgindo à necessidade de um projeto político-pedagógico próprio para ser desenvolvido em cada escola, já que os três primeiros anos do Ensino Fundamental, ou “ciclo da infância” como foi denominado, serão voltados especialmente para a alfabetização e o letramento.

Com isso, priorizar o aprendizado da criança e dar mais atenção a sua vida escolar torna-se essencial. Mas, entretanto, é necessário que se tenha uma compreensão da real situação em relação ao processo da avaliação dessas crianças.

Em relação aos princípios e normas do Parecer CNE/CEB nº 4/2008 referentes à avaliação das crianças nos ciclo da infância foi determinado que,

9 – A **avaliação**, tanto no **primeiro ano** do Ensino Fundamental, com as crianças de seis anos de idade, quanto no **segundo e no terceiro anos**, com as crianças de sete e oito anos de idade, tem de observar alguns **princípios essenciais**:

9.1 – A **avaliação** tem de assumir forma **processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação**;

9.2 – A avaliação nesses três anos iniciais **não** pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os **resultados finais** traduzidos em **notas ou conceitos**;

9.3 – A avaliação, nesse bloco ou ciclo, **não** pode ser adotada como mera **verificação conhecimentos** visando ao **caráter classificatório**;

9.4 – É indispensável a **elaboração de instrumentos e procedimentos** de **observação**, de **acompanhamento contínuo**, de **registro** e de **reflexão permanente** sobre o processo de ensino e de aprendizagem;

9.5 – A **avaliação**, nesse período, constituir-se-á, também, em um momento necessário à **construção de conhecimentos** pelas crianças no processo de **alfabetização**.

Todos esses princípios são realmente essenciais para a construção do processo de aprendizagem das crianças, além de que eles constituem idéias pautadas em concepções contemporâneas acerca da avaliação, se preocupando

realmente com o aprendizado e, não mais com a forma arcaica de medir o conhecimento e frustrar os alunos.

De acordo com a LDB nº 9.394 de 20/12/96, o artigo 24 que trata da organização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no item V, a respeito da avaliação, estabelece que:

V – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para casos de baixo rendimento escolar a ser disciplinado pelas instituições de ensino em seu regimento.

Percebe-se que a LDB, na 5ª edição de 2010, ainda permanece os mesmos princípios no que tange a avaliação no Ensino Fundamental. E, também quanto à avaliação na Educação Infantil, que ainda se refere às crianças de zero a seis anos, na qual a avaliação é feita “mediante acompanhamento e registro de desenvolvimento do aluno, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

Por outro lado, Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, referentes a o Ensino Fundamental I, auxiliam o professor na tarefa de reflexão em relação ao cotidiano da prática pedagógica, além de fomentar um referencial de qualidade para o contexto educacional e, considerando a avaliação como,

Elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar. (BRASIL, 1998. p. 42)

Compreende-se que a concepção do ato de avaliar no PCN vai além do tradicionalismo, já que exerce uma função de intervenção na prática pedagógica, onde a avaliação acontece de forma contínua, processual e sistemática, focada na

construção do conhecimento da criança, ou seja, interpretada de forma qualitativa. Por isso, a avaliação neste documento, constitui-se em “um conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.” (PCN, p. 55)

Em suma, a avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica (...); conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; (...); instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho (...) Avaliar a aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido — se, por exemplo, não há a aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu com sua finalidade: a de fazer aprender. (BRASIL, 1998. p. 56)

Por esta perspectiva, entende-se que a avaliação deve considerar todo o processo de aprendizagem do aluno, desde o inicial ao final, e também levar em conta a atuação pedagógica de ensino, já que o ensino propriamente dito é a base primordial para fazer aprender.

Por outra vertente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCN, destinado as crianças de zero a seis anos de idade, se fundamenta numa concepção de avaliação formativa e, indissociável do processo educativo, pautadas nos instrumentos de observações e registros, a fim de auxiliar o processo de aprendizagem.

No que se refere à avaliação formativa, deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas. Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas. (BRASIL, 1998. p. 65)

No RCN a avaliação também leva o educador à reflexão da sua prática, objetivando a melhoria do ensino e garantindo maior possibilidade de aprendizagem por parte das crianças. Dessa forma a avaliação deve ser contínua, sistemática e processual, tendo como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar todo o processo.

Assim, diante do exposto, é de interesse e obrigação do educador conhecer a lei, os documentos e os princípios referentes à avaliação a fim de que a sua prática seja alimentada de recursos necessários para o aprimoramento do seu trabalho e, contribuir com o avanço no processo de ensino-aprendizagem das crianças.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e optou como modalidade o estudo de caso, por possibilitar uma melhor organização na investigação dos fatos e conseqüentemente o seu entendimento. LAVILLE e DIONNE (1999, p. 155) ressaltam que “tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”. O estudo de caso será do tipo caso revelador, que segundo Gil (2010) ocorre quando um pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno inacessível a outros pesquisadores. E, como praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a elaboração da fundamentação teórica, será aliada à pesquisa bibliográfica.

Classificar as pesquisas torna-se uma atividade importante. À medida que se dispõe de um sistema de classificação. Torna-se possível reconhecer as semelhanças e diferenças entre as diversas modalidades de pesquisa. Dessa forma, o pesquisador passa a dispor de mais elementos para decidir acerca de sua aplicabilidade na solução dos problemas propostos para investigação. (Gil, 2010, p. 25)

Segundo a área de conhecimento esta pesquisa encontra-se classificada na área das Ciências Humanas e, que em função do objeto de estudo está especificamente voltada para área de Educação e Avaliação.

Partindo da classificação segundo sua finalidade, coube uma pesquisa básica estratégica, que de acordo com Gil (2010) “esta voltada à aquisição de novos conhecimentos e com vista à solução de reconhecido problemas práticos”.

Em relação aos objetivos, foi estabelecido uma pesquisa exploratória com um planejamento flexível e baseado na coleta de dados, com a utilização de fontes documentais, observações e entrevista.

A revisão da literatura neste trabalho foi à base primordial, pois contribuiu para seleção de todos os guias bibliográficos importantes voltados para o sustento teórico desta pesquisa, assim favorecendo a compreensão e a explicação do problema pesquisado.

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 112)

Contudo, o presente estudo de caso buscou junto à revisão sistemática da literatura fundamentar através da teoria as questões necessárias para orientar as etapas na investigação e desenvolvimento desta pesquisa.

4.1 O CONTEXTO

A escolha da Escola Municipal Y para a realização da pesquisa se deu primeiramente por ser pública e principalmente pela facilidade de acesso ao local, já que fica próximo ao bairro em que moro. Antes dela, havia visitado também outras Escolas Municipais, mas por não achar adequada para minha pesquisa, optei pela Escola Municipal Y, especificamente pela turma do 1º ano do ensino fundamental.

Esta escola localiza-se no bairro do Arraial do Retiro, na cidade de Salvador, Bahia. Atualmente conta com cerca de 190 alunos, do grupo 04 da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental e há 8 docentes lecionando nos turnos matutino e vespertino, sendo que uma ainda é estagiária e ainda falta no quadro da escola mais uma docente, também conta com uma diretora e uma coordenadora pedagógica.

O bairro Arraial do Retiro é originário de uma invasão e, por isso atualmente vivencia diversos problemas sociais, entre os mais graves, a pobreza, o abuso sexual de crianças e o tráfico de drogas, o que vem dificultando o processo de aprendizagem da maioria das crianças da Escola Municipal Y. Outro fator importante é a ausência das famílias da comunidade do Arraial no ambiente escolar, fator que explica a evasão e ausência das crianças durante o ano letivo.

4.2 AS FONTES DE PESQUISA

O presente trabalho buscou-se escolher as fontes de pesquisa, através de trabalhos já publicados em relação ao tema central da pesquisa, tanto para a parte teórica como para a empírica, aliando-se as fontes de pesquisa também se encontra os guias bibliográficos. Segundo Laville e Dionne (1999) “a documentação do pesquisador consiste principalmente em livros e artigos”.

Sendo assim, as fontes de pesquisa deste trabalho se organizam a partir de dados bibliográficos, que atende aos dois primeiros objetivos, e de dados coletados com base no sujeito de investigação na Escola Municipal Y, que atende ao terceiro objetivo da pesquisa.

4.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Entre os funcionários da escola, foi escolhida a professora das duas turmas do 1º ano do ensino fundamental, sujeito de maior importância neste trabalho, e a turma do turno matutino. Tal escolha se deu pelo fato destes estar direcionadas relacionadas com o tema abordado. A professora devido à transição das crianças de 06 anos da educação infantil para o 1º ano do ensino fundamental, na qual assume a responsabilidade de avaliá-los, justamente o que a pesquisa questiona. A turma, para que o esperado fosse comprovado mediante observação.

Desta forma, a professora tem uma relevância maior nesta pesquisa, pelo fato dela ser considerada a mediadora responsável por orientar as crianças na prática avaliativa decorrente do processo de ensino-aprendizagem.

4.4 O INSTRUMENTO DE COLETA

Para a coleta dos dados necessários para a realização desta pesquisa, foi utilizada como procedimentos metodológicos a observação na turma do turno matutino do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Y e, uma entrevista, em que o questionário pode ser consultado no apêndice deste trabalho, a professora da mesma turma da escola.

A observação, enquanto técnica de pesquisa se deu de forma espontânea, na qual o pesquisador permaneceu alheio a situação que pretendeu observar e estudar.

A observação participa também de uma ampla variedade de descobertas e de aprendizagens realizadas pelos homens (...) mas para ser qualificada de científica, a observação deve respeitar certos critérios, satisfazer certas exigências: não deve ser uma busca ocasional, mas ser posta a serviço de um objeto de pesquisa. (LAVILE e DIONNE, 1999, p. 176)

A escolha pela utilização da observação foi importante, pois ela revela de forma privilegiada o contato com o real. Já a entrevista foi parcialmente-estruturada com questões abertas, possibilitando ao entrevistador formular uma resposta pessoal do que pensa em relação a sua competência.

4.5 A CONSTRUÇÃO

A construção da entrevista foi preparada antecipadamente por questões parcialmente estruturada e abertas, compostas por dois blocos. O primeiro tratava-se de informação pessoal do colaborador e o segundo de conhecimentos específicos da prática pedagógica, voltados para lei 11.274/06 e a avaliação da aprendizagem.

Contendo 18 questões abertas, a entrevista foi estruturada com plena liberdade de acréscimo a perguntas improvisadas para esclarecimento de eventuais dúvidas que podem surgir no decorrer da entrevista, pois

Os entrevistadores permitem-se, muitas vezes, explicitar algumas questões no curso da entrevista, reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado. Muitas vezes, eles mudam a ordem das perguntas em função das respostas obtidas, a fim de assegurar mais coerência em suas trocas com o interrogado. Chegam até a acrescentar perguntas para fazer precisar uma resposta ou para fazê-la aprofundar: Por quê? Como? Você pode dar-me um exemplo? E outras tantas subperguntas que trarão freqüentemente uma porção de informações significativas. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 188)

Foi construído um único questionário para a entrevista, aplicável ao principal sujeito da pesquisa. As perguntas da entrevista encontram-se no apêndice deste trabalho.

4.6 A COLETA DE DADOS

A coleta dos dados necessários para a realização da pesquisa se deu através das observações da prática pedagógica da turma do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Y e da entrevista a professora da turma.

Foram realizadas seis visitas à escola durante o processo da coleta de dados, a primeira no turno vespertino e as demais no turno matutino. A primeira visita buscou-se conhecer a escola e solicitar permissão para a realização do trabalho, que foi concedido pela coordenadora pedagógica Patrícia e por Rose, a professora dos dois 1º ano.

No período das visitas procurou-se observar minuciosamente cada passo dado pela professora durante a prática pedagógica no processo de ensino-aprendizagem e processo avaliativo. A observação foi do tipo não estruturada, porém com um olhar guiado nas atuações e intenções da professora, e no decorrer de cada aula foram feitas diversas anotações pelo observador e perguntas de esclarecimentos foram respondidas pela professora.

A entrevista, que aconteceu na terceira visita no turno matutino, foi construída mediante ao contato direto entre entrevistador e entrevistado, com perguntas e

respostas. Cada resposta foi anotada pelo entrevistador e novas perguntas surgiram para contemplar ou exemplificar as respostas dadas.

Assim, após a coleta dos dados, serão realizada a análise e interpretações dos mesmos, para que eles possam ter credibilidade e possa ser redigido, através da estrutura clássica, e finalmente chegar à conclusão da pesquisa.

4.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

As anotações das observações e a entrevista foram organizadas considerando os itens, avaliação da aprendizagem, adequação das crianças de seis anos no ensino fundamental e postura do professor na prática pedagógica, separados para no momento de análise favorecer uma consulta mais eficiente.

A partir da organização, os dados foram analisados cuidadosamente a fim de favorecer uma melhor compreensão e também de verificar se os dados obtidos na entrevista condizem com os observados na prática pedagógica. A análise desses dados é importante, pois permitirá estudar com precisão se houve ou não contradições entre entrevista e observação.

A análise textual também é de suma importância neste processo, por isso, ela deve ser cautelosa, minuciosa e de abordagem qualitativa, a fim de constatar um resultado fidedigno à pesquisa.

5. RESULTADO DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida em campo, através da entrevista e observação da prática pedagógica, com a professora da turma do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Y.

Na entrevista, buscou-se identificar a percepção do educador acerca da lei 11.274/06, da adaptação da criança de seis anos no ensino fundamental e da avaliação da aprendizagem em todo esse contexto, respondendo assim ao terceiro objetivo específico desta pesquisa. Enquanto a observação deteve-se em compreender a prática avaliativa e suas implicações no 1º ano de ensino fundamental da determinada escola. Que vêm justamente responder ao objetivo geral deste trabalho.

Este capítulo está subdividido em quatro partes, todos correspondentes aos dados coletados em campo. A primeira parte refere-se à identificação do colaborador da pesquisa, no qual foi obtido na primeira parte da entrevista. A segunda parte diz respeito aos conhecimentos da lei 11.274/06 em relação à adaptação e ao respeito às particularidades de desenvolvimento da criança de 06 anos de idade. A terceira parte é equivalente aos conhecimentos acerca da avaliação da aprendizagem e seu processo de aplicação. A quarta e última parte mostra as implicações da prática avaliativa frente aos desafios encontrados no decorrer do processo ensino-aprendizagem, além de trazer uma breve reflexão sugestiva a partir da vivência da professora entrevistada.

Sendo assim, este capítulo procura demonstrar de forma transparente e, por meio da objetivação todos os elementos legítimos coletados para o desenvolvimento deste trabalho em forma de relatório. A fim de deixar disponível um resultado compreensivo, explicado com cuidado e precisão aos que desejarem conhecer a pesquisa, “pois o relatório da pesquisa é essencialmente uma demonstração, por meio da qual o pesquisador nos inclui em seu raciocínio, até sua conclusão; uma demonstração cuja regra essencial é a eficácia.” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 241).

5.1 PERFIL DO COLABORADOR

A entrevista foi aplicada a professora do primeiro ano da Escola Municipal Y, graduada em Pedagogia pela Universidade federal da Bahia que atua em exercício na área da educação há oito anos e leciona nesta instituição há cinco anos. Atua como professora do primeiro ano do Ensino Fundamental das turmas matutino e vespertino há três anos.

Desta forma, percebe-se que a docente desta escola possui pouco tempo atuando em sala de aula. Mas, o fato de ter três anos de experiência em exercício com crianças de seis anos de idade é significativa, por isso, suficiente para a contribuição deste trabalho.

5.2 CONHECIMENTOS SOBRE A LEI 11.274/06

Para o desenvolvimento deste trabalho, tornou-se necessário identificar quais os conhecimentos que a educadora da turma do primeiro ano possui a respeito da lei 11.274/06.

Por isso, na análise dos dados coletados através da entrevista com a professora, observou-se que a mesma conhece e compreende acerca da lei 11.274/06. A professora identifica a lei como, “uma lei que inclui as crianças de seis anos a estarem obrigatoriamente na escola”.

Sabe-se que a lei 11.274 de fevereiro de 2006 amplia o ensino fundamental para nove anos de duração e garante obrigatoriamente mais um ano de estudo para as crianças, que com seis anos passam a fazer parte do ensino fundamental.

Quando questionada sobre a sua opinião em relação a esta lei, a professora afirma que “foi boa a iniciativa de inclusão da criança com seis anos na escola, mas que antes, deve-se preocupar com a qualidade de ensino e as particularidades que

uma criança desta idade tem no que se refere ao seu desenvolvimento, para que não seja cobrado dela algo que vai além de suas potencialidades.”

Falar em potencialidades é também falar em adaptação e particularidades de desenvolvimento. Entende-se por adaptação o ato de acomodar-se. Aqui, refere-se na acomodação junto ao novo, ou seja, na maneira em foram acomodada as crianças de seis anos, agora no ensino fundamental, que antes pertencia à educação infantil. O documento política Nacional de Educação Infantil do MEC esclarece que,

A inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, no entanto, não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as especificidades da faixa etária, bem como a necessidade primordial de articulação entre essas duas etapas da Educação. (Brasil, 2006).

Em relação ao processo de adaptação das crianças de seis anos ao ensino fundamental na Escola Educador Paulo Freire, foi registrado que as crianças tiveram e vem tendo uma boa aceitação em relação ao trabalho que está sendo proposto, contudo, esse processo de adaptação varia de criança para criança, pois para a professora, a base de formação na Educação Infantil é relevante para esse processo. Mas, foi enfatizado que na questão administrativa foi um pouco confuso, principalmente na parte de matrículas, e em relação ao pedagógico, a professora precisou rever uma série de informações, principalmente nas habilidades trabalhadas com as crianças.

Quanto ao respeito às particularidades de desenvolvimento próprias desta faixa etária, em relação à adaptação, foi mencionado que “na medida em que as crianças são cobradas no desenvolvimento da leitura e da escrita, também são preservados o tempo de fazerem o que gostam: brincar e imaginar. Por isso, acompanhados de um olhar mais atento”, enfatizou a professora.

Dessa forma, percebe-se que este argumento não é compreensivo, já que a professora não enfatiza a importância do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo e social, que são facilitadores diretos da aprendizagem.

Por outro lado, a articulação entre a Educação Infantil e o ensino fundamental é uma tarefa necessária para a adaptação das crianças. Entretanto, é importante

que o professor, enquanto mediador venha olhar com responsabilidade para o desenvolvimento de uma prática pedagógica coerente com um processo gradual, natural e tranqüilo, para que a aprendizagem das crianças possibilite numa integração real entre esses dois níveis educacionais.

5.3 CONHECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nesta pesquisa buscou-se também compreender, em relação aos conhecimentos da prática pedagógica da professora, no que se refere à avaliação da aprendizagem.

Partindo da concepção, a professora afirma que “a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, com o objetivo de promover conhecimentos. Conhecimentos não só para o aluno, mas também para o professor, porque é uma forma de rever a sua prática (...) a minha prática avaliativa acontece a cada fim de uma aula minha, procuro registrar o que deu certo com a atividade, e o que não deu certo. Existem algumas crianças com algumas particularidades que precisam ser observadas e seu desempenho registrado.”

É interessante a compreensão da professora a respeito do assunto, além de que seu pensamento converge com conceitos estudados no primeiro capítulo. Também é importante pontuar que as observações das práticas pedagógicas conferem com as falas da entrevista, pois foram observados vários registros e anotações durante a aula.

Em relação a provas propriamente ditas, os alunos do primeiro ano da Escola Municipal Educador Paulo Freire “não fazem nenhum tipo de provas, são avaliadas as atividades comuns sem aplicação de notas, a cada fim de bimestre para registrar, acompanhar e principalmente intervir no nível de escrita e leitura.”

Sendo assim, vale pontuar que a observação e o registro são estratégias privilegiadas para avaliar o progresso de aprendizagem das crianças, além de possibilitar a reflexão da prática do professor.

Questionada em relação ao momento no qual os alunos devem ser avaliados, a professora afirmou que “a todo o momento, em todas as atividades realizadas, na conversa, na acolhida, nas brincadeiras, nas atividades propostas em sala.” Assim, explicando o próprio argumento da professora quando afirma que a avaliação é um processo contínuo, por isso deve-se ficar atenta a todos os passos e registrar o máximo possível das observações.

Esses registros feitos pela professora durante a sua prática são analisados a cada final de semestre e transferido para o Diário de Classe, cada aluno tem suas anotações individuais neste diário, e serve para a construção de um parecer descritivo a respeito do desenvolvimento do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, e em caso de transferência do aluno para outra instituição, é usado esse parecer como diagnóstico da situação do aluno.

O Diário de Classe é como a antiga caderneta, mas agora com uma preocupação com a qualidade de aprendizagem do aluno e não mais da nota de suas avaliações. Nele, são computados todos os dados do ciclo de aprendizagem do aluno, respaldados nas habilidades estabelecidas pela Secretaria de Educação. Segundo a professora “as habilidades propostas às vezes não condizem com a realidade da idade ou série”, por isso, quase não são usadas. Por exemplo, a habilidade 1H1 para o 1º ano, em relação à disciplina de ciências, sobre recursos tecnológicos questiona se a criança investiga ou não animais utilizados como matéria prima para confecção de diversos objetos e como meio de transportes. Entende-se que essa habilidade foge ao contexto real de vivência da criança, por isso não é interessante para a professora a verificação dessas habilidades ao longo de cada semestre.

Em relação à avaliação da aprendizagem, o Diário de Classe conta com uma breve apresentação acerca do tema, em seguida traz orientações para a conduta do professor durante o processo de avaliar, juntamente com os objetivos da avaliação, dando ênfase as avaliações inicial, formativa e cumulativa.

Além do Diário de Classe, também se encontra a ficha de Acompanhamento Individual, que é amparada pela avaliação qualitativa. Nela se avalia o comportamento (pontualidade, assiduidade, participação, organização e responsabilidade) e as disciplinas (leitura, escrita, matemática, ciências sociais e da

natureza e artes), através dos conceitos: I insuficiente: 0 a 4; R regular: 5; B bom: 6 a 7; MB muito bom: 8 e O ótimo: 9 a 10. Essa ficha é direcionada aos pais ou responsáveis pelo aluno no final de cada unidade.

Contudo, a avaliação da aprendizagem, como já foi discutida anteriormente, estará presente o tempo todo na prática pedagógica, sendo assim, tem um caráter mediador e de transformação, possibilitando o acompanhamento no desenvolvimento da aprendizagem da criança, e inclusive permitindo a avaliação do trabalho do professor.

5.4 A PRÁTICA AVALIATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS PARA UM PROFESSOR

Como já foi mencionada no tópico anterior, a prática avaliativa da professora do primeiro ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Y é pautada nos instrumentos de observação e registro.

Sabe-se que neste contexto as crianças estão sendo alfabetizadas, ou seja, adquirindo a aquisição da escrita e da leitura. E, não é fácil avaliar esse processo. Nesse caso, a professora desabafa em assumir que verdadeiramente é um desafio avaliar o processo de ensino-aprendizagem em plena construção de conhecimentos da alfabetização.

Ela explica que nas suas turmas “existem crianças em com três tipos de níveis da escrita: pré-silábicos, silábico-alfabéticas e alfabéticas. Crianças que não fizeram a Educação Infantil, alguns que entram na escola no meio do ano letivo e outros que faltam muitas aulas, devidos a diversos problemas sociais enfrentados na comunidade em que moram.”

Para melhor compreensão ela exemplifica, “no mês de setembro matriculamos um aluno de oito anos no 1º ano do Ensino Fundamental que nunca tinha ido à escola”. E, questiona, “que condições de aprendizagem podemos oferecer a ele, quando o ano letivo começa em fevereiro? Como ele acompanhará

esse processo? Não posso afirmar que ele não vai aprender, porque ele tem condições de aprender, mas, além disso, é um aluno muito ausente.”

Entende-se que isso, não só dificulta como atrapalha o desenvolvimento do trabalho pedagógico. E, foi observado que mesmo com essa consciência, a professora não se curva diante do desafio. Ela sempre procura trazer atividades diversas, individuais e em grupo, a fim de incentivar as crianças no desenvolvimento de suas habilidades, assim, possibilitar a construção da aprendizagem de forma satisfatória.

Buscando compreender acerca das crianças que chegam ao final do ano letivo e não conseguem acompanhar o processo de alfabetização, foi questionado a respeito de uma possível reprovação, ou seja, repetição de ano. Mencionou-se, anteriormente que a escola não aplica provas para esta faixa etária, por isso, a professora não tem como concepção uma avaliação pautada na classificação ou seleção, e esclarece que não vê “motivo para reprová-las, e enfatiza que cada criança tem seu tempo próprio para desenvolver o domínio da leitura e da escrita” e, salienta que na sua prática procura “trabalhar da melhor forma possível para que seus alunos cheguem ao final do primeiro ano alfabetizados, mas nem sempre acontece, porque esse esforço não deve partir só dela, mas principalmente do interesse da criança e da família.”

Outra coisa observada, foi o olhar ativo da professora, muitas vezes seguido de questionamento e diálogo entre ela e as crianças. Em vários momentos da prática na sala de aula houve intervenções positivas nas horas das dúvidas das crianças. A professora questionava, exemplificava, corrigia os erros e levava as crianças a refletirem, até que suas dúvidas fossem solucionadas por elas mesmas. Quando não acontecia, a professora com toda a atenção ajudava, principalmente nas horas de leitura. E, quase tudo era registrado em seu caderno de anotações a cerca da aula.

Para finalizar a entrevista foi pedido que a professora sugerisse algo que contribuísse para prática pedagógica a partir de suas vivências. Foi relatado, que “geralmente proponho uma atividade em que todos possam executar sozinhos, sem minha mediação, em seguida é chamo cada aluno individualmente para fazer a

leitura e correção da atividade, questiono sobre outras possibilidades de respostas, sobre os erros e em seguida registro as observações.

Contudo, foi observado que a forma como os conteúdos são ministrados pela professora, juntamente com a atenção que dedica aos alunos revela o domínio que a mesma tem no processo avaliativo de ensino-aprendizagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Sabe-se que atualmente a educação de crianças cada vez mais está sendo valorizada. Hoje é de responsabilidade da Educação básica se comprometer de forma efetiva com projetos educativos para elas. E, tornou-se obrigatório a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, matriculando assim, as crianças de seis anos. Por isso, foi de fundamental importância compreender, não só esse contexto, mas também verificar a respeito das práticas educativas em todo esse processo.

Por isso, abordar o contexto do processo da avaliação da aprendizagem desde as concepções mais remotas às atuais, pontuar suas características, descrever seus critérios e técnicas mais relevantes e identificar as suas finalidades foram essenciais para compreender em que dimensão se encontra o ato de avaliar no processo da prática pedagógica aplicada no desenvolvimento da aprendizagem de crianças de seis anos.

Analisar a lei 11.274/06 e documentos referentes à avaliação de crianças, precisamente no que se refere às de seis anos de idade, possibilitou conceituar a avaliação como parte intrínseca ao processo educacional, além de encontrar orientações que norteiam o professor para a sua prática pedagógica, voltando sua preocupação, em resguardar essas crianças das práticas tradicionais avaliativas, que, infelizmente, tem dado mais importância aos resultados medidos por notas do que aos processos de desenvolvimento.

É interessante ressaltar, a partir das considerações observadas durante a coleta de dados, que não existem receitas prontas para avaliar crianças, muito menos por faixa etária, mas, sobretudo, além de conhecer a respeito da avaliação e de documentos que as estabelecem, é indispensável para o educador ter uma compreensão acerca do processo de desenvolvimento das crianças, conhecer as suas realidades e o contexto social nas quais vivem, pois são fatores relevantes para o processo de desenvolvimento de suas aprendizagens.

Justamente neste direcionamento que a avaliação de crianças é concebida através de um caráter mediador e acolhedor, no qual permite ao educador

acompanhá-las cotidianamente durante seus processos de vivências educacionais, para isso, respeitando seus aspectos afetivos, cognitivo e psicomotor. Assim, contribuindo para a ampliação da sua aprendizagem e de conhecimentos de si mesmo e do mundo.

A partir dessas considerações é que foi tentado compreender como vem sendo avaliadas as crianças de seis anos, principalmente após o processo de implantação oficial da lei 11.274/06, que aconteceu no ano de 2010, no qual transferiu essas crianças para o Ensino Fundamental, onde ainda tem-se adotado em larga escala a cultura de avaliar mediante provas e nota.

Neste sentido, foi verificado nesta pesquisa que a professora da turma do primeiro ano da escola pesquisada compreende a importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem das crianças, assim desenvolvendo habilidades de observação e registro no cotidiano da sua prática, a fim de garantir uma avaliação dinâmica capaz de perceber em diferentes situações a efetivação da aprendizagem. Com isso, também avaliando as suas próprias formas de atuação e revendo possibilidades de mudanças. Contudo, aplicando em sua prática o que estabelece nos documentos referentes à avaliação de crianças.

Em relação ao que se fundamenta nos textos legais, foi perceptível que a realidade da turma do primeiro ano daquela escola pública se desenvolve em benefício ao aprendizado dos alunos, uma vez que é proporcionada, aos envolvidos no processo de aprendizagem, uma avaliação mediadora e reflexiva, que respeita sua infância e seu tempo hábil para aquisição de conhecimentos. Independente de causar transtornos mediante pressões de provas e notas no decorrer do ano letivo. Tudo isso diante de um contexto social e cultural pouco favorável para um bom desempenho na aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Por outro lado, vale considerar uma preocupação referente aos anos seguintes de escolarização dessas crianças, pois certamente, ao darem continuidade ao processo de aprendizagem encontrarão no caminho, acredito que já no segundo ano, provas e testes como instrumentos avaliativos. Portanto, uma mediação voltada com o intuito de adaptar essas crianças as novas práticas avaliativas, nas quais enfrentarão, faz-se necessário.

Para tanto, o interessante seria que o Ensino Fundamental se fundamentasse nas propostas avaliativas implementadas nas instituições de Educação Infantil, nas quais têm conseguido significativos avanços em relação à avaliação de crianças ao valorizar a avaliação como componente essencial do processo educativo, assim, lhes garantido uma educação de qualidade.

Contudo, diante do disposto, ainda é preciso repensar a avaliação enquanto ação capaz de, verdadeiramente, transformar o contexto de ensino-aprendizagem das crianças, através de uma reconstrução pautada numa avaliação integradora. Para isso, cabe a instituição repensar sua proposta pedagógica e garantir aos seus professores um processo de formação continuada, assim possibilitando aos mesmos, transformação em sua prática e garantindo as crianças uma ação avaliativa digna que respeite seus direitos e sua infância.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S.; HASTINGS, Thomas; e MADAUS, George. **Manual de Avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.

BRASIL. Congresso Nacional. **Plano Nacional para Educação**. Brasília, DF, 2010.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Ministério da Educação: Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF, 2004.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientação para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação: Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. PARECER CNE/CEB Nº 4/2008: Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 7 junho 2008.

_____. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DINIZ, Terezinha. **Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ESTEBAN, Maria Tereza. (org.) **Escola, Currículo e Avaliação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artemed, 1999.

SANTOS, Clóvis Roberto dos (org.). **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre a sua prática**. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2010.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Prezado (a) colaborador (a),

Este questionário tem como objetivo a coleta de dados para a realização de uma monografia e conclusão do curso de Pedagogia. Trata da percepção que professores do 1º ano do Ensino Fundamental tem a respeito da avaliação da aprendizagem.

Ele possui 18 questões que visam coletar informações profissionais do colaborador e conhecimentos sobre sua prática pedagógica.

Solicitamos que as respostas dadas sejam fidedignas, pois, assim será garantida maior veracidade a este trabalho.

Não é preciso identificar-se. Sua resposta será confidencial.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Questionário: entrevista semi-estruturada

Informação do Colaborador

1. Qual a instituição que você faz parte?
2. Há quanto tempo você atua nesta instituição?
3. Qual a sua função nesta instituição?
4. Há quanto tempo você exerce a atual função nesta instituição?
5. Quais as funções que você já exerceu em instituições escolares?
6. Qual ano/série você leciona?
7. Quantos anos você tem lecionando esta série?
8. Quanto tempo você atua na área de educação?

| |
|---|
| Conhecimento da prática pedagógica |
|---|

9. O que você achou da lei 11.274/06 agora com a inclusão das crianças de 06 anos no ensino fundamental?
10. Como ocorreu o processo de adaptação dessas crianças?
11. Esse processo está respeitando as particularidades de desenvolvimento próprias desta faixa etária? De que forma?
12. Para você o que é avaliação da aprendizagem?
13. As crianças do 1º ano do Ensino Fundamental fazem algum tipo de provas? Caso sim, quais? E são atribuídos notas ou conceitos?
14. Sabemos que um número significativo de professores ainda tem como referência uma concepção de avaliação pautada na classificação, seleção e controle. Como acontece em sua prática avaliativa?
15. Como esta sendo avaliado o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, frente ao desafio da aquisição da escrita e da leitura? Quais critérios e instrumentos utilizados?
16. Em quais momentos os alunos devem ser avaliados? Explique.
17. Algumas crianças chegam ao final do ano letivo do 1º ano do Ensino Fundamental e não lêem e não escrevem como esperamos. Seria motivo para reprová-las? Por quê?
18. Ser professor (a) e ainda avaliar individualmente o processo de aprendizagem das crianças numa turma de alfabetização é um desafio. O que você sugere para a contribuição de outros professores a partir de suas vivências?